

DISCURSO DO PROF. EDUARDO GIRÃO

Magnífico Reitor da Universidade do Ceará, Sr. Representante do Governador do Estado, Sr. Representante do General Comandante da Região Militar, Dignos Membros do Conselho Universitário, Ilustres Professôres das Escolas Superiores, Exmas. Senhoras, Senhores Estudantes, Meus nobres Colegas de Congregação:

Ajoelhado em espírito, antes de vos agradecer, estou agradecendo a Deus as emoções desta hora.

Há quase quarenta anos, num dia, para mim, feliz como êste, ao investir-me nas funções de Catedrático da gloriosa Faculdade de Direito do Ceará, em resposta à saudação do seu eminente Diretor, uni ao meu agradecimento um pedido a Deus — o de me auxiliar a cumprir o dever e não desmerecer a veneranda companhia, em que me integrava, dos conspícuos mestres de então, já hoje, com exceção de dois, mergulhados todos no abismo da morte.

Permiti e perdoai-me que vos agora diga: foi atendida a minha prece; recebi a graça divina que pedira.

Realmente, de todos êles, no longo trato escolar, tive sempre aprêço claro e espontâneo, aprêço distinto e dignificador, como êste recebido também de vós que lhes sucedestes nas cátedras, honrando-as igualmente com a dignidade e o saber.

Porque assim me distinguiram êles? Porque também o fizestes vós, concretizando, depois, essa estima na honra que me

outorgastes, tão alta e excelsa, tão generosa e excessiva, realmente, a maior a que poderia aspirar na vida?

Creio e suponho que não me engano — não foi pelo meu saber, em realidade, sem profundidade nem amplitude, e sim por haverdes sido testemunhas também de que, na minha função, cumpri o dever. Porque, efetivamente, o cumpri, como me fôra possível cumpri-lo, sereno de ânimo e brando de coração, em contínuo labor, com esforço e zêlo, constância e decôro, pôsto que sem realce de inteligência nem relevos de originalidade.

Estará nisso apenas, e só nisso, decerto, a explicação e justificativa do vosso ato — êste enaltecimento com que, no outono da minha vida, nesta tristeza de ocaso, me trouxestes as alegrias de uma ascensão de aurora.

O dever é regra que se cumpre, virtude que se pratica — o imperativo categórico ou a lei moral, segundo Kant, do qual, dizia êste, se admirava tanto ao senti-lo no coração dos homens quanto de ver sôbre a sua cabeça a lúcida beleza do seu constelado.

Essa regra, aceitou-a mesmo aquêle genial filósofo, como prova irrecusável da existência de Deus, da qual derivam a crença e a religião — dever criado às consciências.

Quando impôsto pelo homem, o dever não é menos sagrado. E' que, atinente embora a cada um, visa sobretudo ao bem de todos — lei suprema na comunhão social — e todo bem é virtude, e tôda virtude, uma sublimação dos atos humanos.

* * *

Ensinei Direito Civil — matéria substancial, nuclear e a mais vasta do sistema jurídico.

O seu primeiro princípio é o de que todo homem é pessoa e, em virtude dessa personalidade, sujeito de direitos e obrigações.

Vêde bem: está aí, neste conceito basilar e primordial, a indicação inequívoca de que o homem não é juridicamente uma entidade bipartida, senão um núcleo indivisível de direitos ligados a deveres.

No aspecto subjetivo, o Direito é, realmente, um sistema de vínculos contrapostos; ao direito da pessoa corresponde alheia obrigação; a esta, um direito correlativo.

Em síntese: direitos e deveres cruzados ou correspondentes. É nesse tecido ou trama de reciprocidade que o homem se move e opera, desde que nasce e, às vezes, além da morte, nas disposições de última vontade.

Mas, a lei que assim o põe e enreda nesse labirinto de relações, é ela mesma que lhe reconhece o poder de ação, oriundo da personalidade preexistente.

Esse poder éle o exerce na ordem civil, especialmente por meio dos atos jurídicos, manifestações livres da vontade, unilaterais ou permutadas, nos limites do justo, das quais a fonte mais abundante são os contratos, classicamente havidos como lei entre as partes.

Consiste nisso, sobretudo, a liberdade civil, paralela à liberdade política.

Surge, aqui, um ponto magno, alvo preferencial do embate e interferência das idéias socialistas, na mais viva e fervente ebulição, algumas já em positiva efetividade.

Pretende-se, hoje, ver nos direitos subjetivos, ou seja, nestes poderes de ação, atribuídos à pessoa, apenas o lado passivo do dever jurídico, no qual o homem se converte em mero agente do Estado, iludido ou consolado com o engano só das aparências.

Firo esse tema, não para negar haja no socialismo, em certa medida, um tanto de justiça, nem para desconhecer deixem as instituições jurídicas ou as governamentais de se ressentir do pendor e influência de cada momento histórico.

Não desconheço tão pouco seja a época presente de avançada e acelerada socialização.

Mas, sabeis, é pela intervenção do Estado que o socialismo se efetiva e impõe.

Levado ao extremo nos seus desígnios, acabará no estatismo absorvente e totalitário, e dêste pode dizer Lebon: é uma forma de escravidão mental em que já o homem não guarda a consciência da sua submissão.

E posso eu sublinhar: isso, em verdade, é rebuçada, mas vera tirania.

Converter direitos em deveres, cindi-los na sua correlação e até subverter a consensualidade e a lei dos contratos, o mesmo é, com efeito, que reduzir o homem à sombra do corpo, simbòlicamente a mostrar que nisso, como em tôda sombra, também há um cativoiro.

Não será, com efeito, cousa diferente o dirigismo irrestrito da vontade.

Nas democracias, ao lado da igualdade, deve estar a liberdade. Em ambas há um conceito de limitação, consistente em não transpor cada um as lides do seu direito, porque, fazendo-o, ferirá idêntico direito dos outros.

Rompido êsse equilíbrio, sobrevém a desordem e a injustiça, desvairadas sempre e sempre funestas.

Daí a necessidade de impor-se o meio têrmo, nem só o individual, nem só o social, mas o *IN MEDIO VITUS* — e ainda uma vez confirmada será a justeza do velho preceito de Ulpiano: a cada um o que é seu.

Seja esta, pois, a justiça que se queira e realize, e não haja mêdo de que, realizando-a, o mundo se arruíne ou pereça, hipótese, aliás, de impossível verificação.

O mundo não perecerá, porque se faça justiça, nem esta, porque se pratique a liberdade, no seu legítimo sentido.

Será o contrário: o mundo e a liberdade revigorar-se-ão com a justiça que se fizer, e também esta, porque dará, assim, eloqüente e irrecusável testemunho de si mesma.

Muito deve o homem ao Estado; mas não lhe deve tudo; alguma cousa lhe resta e esta cousa é êle próprio, a sua personalidade, o direito de pensar e agir, respeitado igual direito dos outros e a liberdade de todos, nos virtuais limites dos respectivos conceitos.

Ir além, ou exigir mais, será violência — dominação da fôrça; sim, porque, nesse ponto, tanto é violência obrigar a fazer como impedir que se faça e é nisso que afinal acabará o radicalismo socialista, muita vez, até sem que o imaginem os seus fautores.

O abismo invoca o abismo.

Talvez vos pareça que esteja sendo inoportuno com esta repetição, embora assim tão sumária e breve, de noções, de resto tão sabidas.

Fi-lo, entretanto, de propósito, fi-lo como um toque de sentido — um preaviso mais, neste momento de transição, inquietude e susto que se está vencendo no mundo. Movi-me a isso, porque julguei azado e propício o ensejo, neste alvorear luminoso, em que ascende, auspiciosamente, para o futuro a UNIVERSIDADE DO CEARÁ — hora para nós de claridade e esperança, alvissareira e de feliz contraste com o turvo e desencantado ambiente de anarquia mental em que, por quase todos os cantos da terra, desatinada e sôfrega, ora se agita e se enreda e braceja e sofre a humanidade.

As universidades, bem o sabeis, são os redutos da cultura e da ciência, do civismo e da liberdade; templos do futuro, no dizer de Pasteur, a sua missão precípua é, a par da investigação científica, o preparo e formação das "elites", indispensáveis sempre à ação dos governos e à obra fecunda do progresso e da civilização. Nelas é que se predispõem e especializam as novas gerações para essas tarefas ingentes, no amanhã, de cujo desempenho, esclarecido e consciente, dependem o bem-estar e a grandeza dos povos.

Mas, por isso mesmo, é igualmente certo e sabido: ninguém sofre mais do que as universidades a tentação ou o agravo dos governantes, sempre a lhes disputarem as graças ou a lhes imporem a violência, no interesse dos seus propósitos de mando, não raro, filho só do desejo de se perpetuarem no poder, de qualquer modo, até pelo abuso ou despotismo.

Daí a minha advertência, talvez, ociosa, mas não, de todo, inútil.

Se não houver essa prevenção acauteladora, se convenientemente esclarecidas do seu grave papel não forem aquelas "elites", e êrro houver nas idéias que receberem, no todo ou em parte, porque, nesse excesso não deixará de haver êrro, se alertadas do perigo elas não o forem no seu aprendizado, cedo ou tarde, fatal será o abismo aberto à liberdade e à paz dos homens.

Admiravelmente, sentenciou Reinold: à invasão das idéias sucede a invasão dos bárbaros.

Ninguém ignora quão irrefletidas são as massas humanas, infelizmente, dispostas, quase sempre, a receber os maus fermentos, e é óbvio, também, não será mais de fora, senão delas mesmas, irrompendo bem de dentro de suas casas, que surgirão os novos bárbaros.

Não é sem propósito que vos relembro aqui o que de apreensivo e verdadeiro há nestes conceitos de Fernando de Azevedo:

“À solidariedade dos problemas sociais, políticos e econômicos e à interdependência de todos os setores e instituições sociais, acrescentou-se, para estender o campo da repercussão e do conflito, a entrada em cena de todos os recursos e forças anti-democráticas, que podem fazer de uma política, conforme tenha ou não “elites” à altura de sua missão, o túmulo de um regime ou o berço de um futuro melhor, o campo da carnificina ou o da renascença”.

São ainda dêsse notável sociólogo estas interrogações de que me sirvo para mostrar não ser desprezível e vão o receio da tirania estatista de que vos falei:

“Dessa absorção do indivíduo pelo Estado que restará para a cultura? Que será feito da independência dos espíritos, das pesquisas e, sobretudo, dos sentimentos? Que será feito da liberdade da inteligência?”

Perguntar é responder, e o insigne mestre acentua, concluindo:

“Em lugar da espontaneidade criadora e do esforço para a lógica e para a razão, com que o homem se eleva acima da animalidade, tornando-se cada indivíduo uma *pessoa* e um *agente* social, livre mas responsável, e em que se educa para ver e apreciar as cousas *Sub Specie eternitates*, pelo seu valor universal e eterno, o que se instala, sob êsse regime de opressão, é a subversão de valores, a degradação do indivíduo à categoria de instrumento *loquens*, a religião da força brutal em que é declarada guerra às idéias, à filosofia e à ciência; em que a bondade é con-

siderada um erro ou uma hipocrisia; os sentimentos, preconceitos; e em que, à medida que o Estado se transforma numa espécie de monstro sociológico, a fôrça, a disciplina, a violência e a crueldade encontram a sua absolvição nos fins do Estado”.

Depois, acrescento eu, seria indesculpável esquecer o nosso passado de vocação liberal, e sabeis, nunca o passado, assim nas revoluções políticas, como nos surtos das idéias, deixa de reclamar os seus direitos, vingando-os mais tarde, ao refluxo de reações inevitáveis, nem sempre esperadas ou previstas.

Razão, pois, não me será recusada no que adverti, mau grado a minha insuficiência e o nenhum propósito de empanar o fulgor dêste momento.

Todavia, haveis de me desculpar: fui além do meu intuito; não vim aqui para advertir ou lecionar; sim, para agradecer.

* * *

Meus nobres colegas de Congregação:

Ouvi, atento e comovido, as palavras eloqüentes e benévolas do vosso intérprete, o colega ilustre, Professor João Otávio Lôbo, dileto e mui caro amigo.

Expressão generosa da vossa bondade, nelas se acentuou e repercutiu o mesmo sentimento que a todos moveu ao me retornardes ao vosso convívio de que me afastara a branquidão dos meus cabelos, mas do qual timbravam em não afastar o espírito e o coração, no meu devotamento à nossa querida e gloriosa Faculdade.

Fostes, contudo, além do que, em rigor de justiça, eu poderia merecer.

Todavia, bem haja a vossa decisão, que tanto consôlo e tanto regozijo me trouxe.

Nunca me senti vaidoso e ilusões não as poderei ter mais neste esmaecer da vida, para renegar o homem simples que sempre fui.

Nas posições de relêvo que ocupei, jamais deixei de sentir a humildade que, graças a Deus, está no imo do meu ser.

Foi êste, decerto, um motivo mais, intercorrente, na determinação do vosso ato, de tão inequívoca munificência.

Os humildes serão exaltados — é da promessa evangélica. Sem dúvida, me exaltastes; eu, porém, a mim próprio não me exaltarei.

Acredito que não tereis de vos arrepender: o bem que me fizestes não trará mal a ninguém.

Não vos escondo, entretanto, o meu contentamento. Seria hipocrisia e a hipocrisia é traição à verdade e injúria ao caráter.

Algures, escrevi: Há duas fontes perenes de alegria pura: o bem realizado e o dever cumprido.

Teria dito, talvez com mais acêrto: do dever cumprido virá o bem e, com êste, a sã alegria e as suas graças.

Creio em consciência que fiz algum bem, cumprindo o meu dever, na faina edificante de mestre.

Natural é, portanto, que de íntimo júbilo me enchesse a vossa bondade, a culminar, luminosa, na consagração desta hora.

Nada supera a virtude de ser bom. No mundo, realmente, nada excede, em grandeza, a bondade — luz divina, acesa no crisol dos corações.

Não se apagará nunca o almo reflexo desta chama no sincero fervor da minha gratidão.